

## Jucá anuncia adiamento da reforma e é desmentido

Por Andrea Jubé, Vandson Lima, Fabio Murakawa e Luciano Máximo | De Brasília e São Paulo

Com o presidente Michel Temer no hospital, o Palácio do Planalto entrou em campo ontem para desfazer o anúncio de que a votação da reforma da Previdência ficou para fevereiro de 2018, e reforçar a promessa de análise da emenda na semana que vem. Diante da constatação de que faltavam votos para pautar o projeto, o líder do governo no Senado e presidente do PMDB, Romero Jucá (RR), comunicou acordo das duas Casas para adiar a deliberação. Minutos depois, o palácio e lideranças da Câmara desmentiram Jucá. Hoje, o presidente Michel Temer volta a Brasília para reunir-se com os presidentes das duas Casas e decidir a questão. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, marcou para hoje a leitura simbólica do novo texto, mas a discussão regimental ficará para depois. O mais provável é que a reforma não seja votada este ano, mas isso não ficou decidido, ainda.

O comunicado do Planalto ressaltou que a definição da data de votação cabe a Temer. O presidente deve falar sobre o assunto na posse do novo ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, na tarde de hoje.

Foi um rebuliço: depois de Jucá, o Planalto divulgou nota desmentindo o próprio líder do governo. Na mesma linha, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o desmentiu, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), o desmentiram, bem como lideranças governistas da Câmara.

Quando fez o anúncio do adiamento, Jucá disse que havia "entendimento" do palácio, mediante aval do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, com quem havia se reunido durante a tarde para verificar o saldo de votos favoráveis à matéria.

Contudo, Padilha divulgou comunicado oficial ressaltando que discutiu com Jucá a votação do Orçamento. No mesmo tom do Planalto, o ministro destacou que a definição da data cabe a Temer.

"A reforma da Previdência é um tema que está sendo conduzido pelo presidente Michel Temer", com os presidentes Rodrigo Maia e Eunício Oliveira, que definirão a data de votação, disse Padilha.

O comunicado do Planalto no início da noite informou que Temer contava com a leitura do relatório do deputado Arthur Maia (PPS-BA) nesta quinta-feira e estaria de volta a Brasília hoje para discutir uma data de votação da emenda com os presidentes da Câmara e do Senado.

Nos bastidores, o governo havia se animado com o fechamento de questão do PSDB em torno da reforma, e com a perspectiva de que o DEM fizesse o mesmo. Mas todos admitiam, reservadamente, que ainda faltavam votos.

Pela manhã, Temer disse aos prefeitos que ainda precisava verificar o número de votos. "Não sabemos se vamos votar agora, preciso ver o número de votos", disse em solenidade no Palácio.

Na sequência, embarcou para São Paulo, sofrendo com um estreitamento da uretra e submeteu-se a nova cirurgia. O hospital chegou a divulgar nota afirmando que Temer ficaria até 48 horas em repouso, mas imediatamente a Presidência da República comunicou que ele estaria de volta hoje para discutir uma data para votação da reforma.

Auxiliares de Temer disseram que, no hospital, o presidente surpreendeu-se com a declaração de Jucá sobre o adiamento.

O vai-e-vem sobre a votação da reforma começou à tarde com o anúncio do adiamento feito por Romero Jucá. "Por uma combinação de Eunício e Maia, hoje será votado o Orçamento. Sendo votado, forçosamente não haverá na próxima semana quórum como queríamos para a reforma da Previdência", comunicou no fim da tarde.





Assim como Temer havia mencionado pela manhã, ele reconheceu que a aprovação não era certa: "Vamos agir com responsabilidade e equilíbrio e votar quando tiverem os votos."

Em São Paulo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles mostrou-se surpreso com a fala de Jucá e o desmentiu. "O senador Romero Jucá expressou sua opinião de que acha isso [o adiamento] uma solução viável e possível, mas evidentemente não se trata de uma decisão ainda, continuamos trabalhando com o objetivo de votar o mais rápido possível, se possível ainda na semana que vem", ressaltou. Meirelles disse ainda que não é necessário acordo das duas Casas para votar o projeto: "A votação da previdência ocorre primeiro na Câmara, onde está o nosso foco agora."

Enquanto Meirelles dava declarações em São Paulo, Rodrigo Maia e Eunício Oliveira deram declarações contestando Jucá. Em

sintonia com a nota do Planalto, Maia confirmou a leitura hoje do novo texto.

"Estaremos prontos para votar a reforma da Previdência na próxima semana ou no ano que vem", disse Maia. Ele foi enfático no desmentido a Jucá: "Ainda não fizemos acordo para adiar a reforma para 2018, vou me reunir com o governo para saber as condições para votar", completou. Maia ainda ressaltou que nunca disse que seria fácil.

No mesmo tom, Eunício foi a público avisar que não conversou com ninguém sobre o assunto. "Não fiz reunião com Michel [Temer], não fiz reunião com ninguém", negou.

Depois de Rodrigo Maia, o relator, Arthur Maia, reafirmou que lerá hoje o seu parecer. "Esse debate deve entrar pela semana que vem. Se no fim [da semana] tivermos condições de votar, votaremos. Se não, fica para o ano que vem." (Colaboraram Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto)

## Padilha diz que decisão não teve chancela presidencial

Por Claudia Safatle | De Brasília

Após a tremenda confusão provocada pelas declarações do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), de que a votação da reforma da Previdência fica para 2018, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou ao Valor que a decisão não contou com a chancela de Michel Temer. O presidente estava em São Paulo para uma pequena cirurgia e terá, hoje, uma reunião com os presidentes da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE) para fazer recontagem dos votos e definir se haverá votação da reforma na semana que vem.

Ontem pela manhã eram contabilizados 285 votos "firmes" a favor da PEC da Previdência, bem abaixo dos 308 necessários. "Isso foi antes do PSDB fechar questão", ponderou Padilha. O Palácio do Planalto não pretende jogar a toalha. "Esse é um tema permanente do qual o governo não vai abrir mão. Ou vota-se na semana que vem, ou em uma convocação extraordinária ou em fevereiro", sustentou o ministro, para quem o apoio da sociedade ao projeto é crescente. "A reforma da Previdência é a pauta número 1 do presidente Temer", insistiu ele.

O mercado reagiu mal às declarações de Jucá, feitas pouco depois das 17 horas, que anunciou o adiamento para 2018 também da votação das medidas de ajuste fiscal para o próximo ano. Divulgadas em

agosto, essas medidas referem-se ao adiamento do reajuste do funcionalismo para 2019, aumento da contribuição previdenciária dos servidores para 14%, mudança na tributação de fundos exclusivos de investimentos e revisão das desonerações da folha de salários das empresas.

Estranhamente, porém, a bolsa começou a cair a partir das 14 horas, quando bateu em 74.438 pontos, encerrando o dia em 72.914 pontos, com oscilação de mais de 2 mil pontos em apenas um dia.

Se a decisão for mesmo de protelar para 2018 a votação da Previdência, isso significará, muito provavelmente, deixar esse assunto para o próximo governo.

Encerra-se aí, portanto, o governo reformista de Temer. Não haverá clima para reforma tributária nem para outras iniciativas importantes em andamento, como a de uma nova política de cargos e salários para o setor público.

As consequências para a economia podem ser danosas, principalmente se se considerar que os candidatos à Presidência da República que lideram as pesquisas de intenção de votos não abraçam a proposta de uma nova previdência social, com a exigência de idade mínima de 65 anos para os homens e de 62 anos para as mulheres se aposentarem. Sem ela o teto para o gasto público, que é a essência da política fiscal, não se sustenta. Frente

a um forte desequilíbrio nas contas públicas, cria-se um ambiente de incerteza quanto à solvência do Estado.

Ontem pela manhã o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, antes das declarações de Jucá, perguntado por várias vezes sobre possíveis consequências de não se votar a reforma da previdência ainda neste fim de ano, fez relevantes alertas em entrevista coletiva: "Os ajustes e reformas do governo como um todo, em particular a reforma da previdência, são fundamentais para a economia. Significam que essa inflação baixa se sustenta. Que essa taxa de juros se sustenta. Que a recuperação da economia é sustentável. Ou seja, que esse crescimento que estamos observando continua". Ele salientou que as reformas "reduzem a taxa estrutural da economia, e quanto menor a taxa estrutural, menor será o juro ao longo do tempo". E concluiu: "Não podemos perder a oportunidade de consolidar os ganhos".

Segundo explicou o ministro Eliseu Padilha, Jucá "foi levado a falar" porque houve um acordo para votar o Orçamento de 2018 ontem mesmo. É sabido que o orçamento é, em geral, a última peça a ser votado no ano legislativo. Logo em seguida, o Congresso entra em recesso de fim de ano e não se vota mais nada. Ao antecipar a aprovação do projeto de lei orçamentária, ficou evidente que não haveria mais tempo para apreciação da Previdência.

## **Anúncio dá ao mercado medida exata dos votos que o governo tem**

Por Fabio Graner e Edna Simão  
| De Brasília

O anúncio de que a votação da reforma da Previdência vai ficar para o ano que vem, feito pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), passa um sinal mais claro ao mercado financeiro sobre a falta de votos do governo. Interlocutores de instituições financeiras vinham aumentando os questionamentos aos congressistas sobre a real chance de votação.

É nesse ambiente que Jucá abriu o jogo em entrevista coletiva, dizendo que, com a decisão do presidente do Congresso, Eunício Oliveira (PMDB-CE), de antecipar para ontem a votação do orçamento, a Previdência ficava para 2018.

O anúncio soou como "confuso" para técnicos da equipe econômica. Um interlocutor destaca que, com esse movimento, a votação este ano ficou mais complicada do que já era e que o formato de anúncio feito por Jucá não seria o caminho correto, dada a importância para o governo.

"Não entendi as declarações. Mas também não me surpreendo mais com nada", afirmou outra fonte. A interpretação, que já vinha sendo alardeada pela equipe econômica, é que a aprovação da reforma em um ano eleitoral será mais difícil e exigirá maior coordenação política do governo.

A possibilidade de empurrar a votação da reforma para o início de 2018 não era desejada pela equipe econômica, mas não estava descartada. Muitos parlamentares defendiam a tese de deixar para o ano que vem para que o governo tenha certeza de que terá os 308 votos necessários na Câmara para aprovação da matéria.

O que gerou mais estranheza de um técnico do governo foi a forma com que foi conduzido o anúncio do suposto acordo entre Senado e Câmara por Jucá. "Não sei se foi algo combinado", disse.

A despeito das manifestações oficiais que ainda tentam manter alguma possibilidade de votação neste ano, o movimento do líder governista teria sido acertado com os principais comandantes do governo e do Congresso, ainda que as razões não estejam claras.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também estava ciente do anúncio de Jucá. Uma fonte destaca que o ministro tem defendido que o projeto só seja votado quando o governo tiver votos suficientes, o que não é o caso.

O acordo para antecipação da sessão do Congresso para votar o Orçamento e assim inviabilizar qualquer chance de votação da Previdência neste ano vinha sendo costurado desde ontem, quando ocorreu o jantar na casa de Eunício,

que teve a participação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), segundo fonte consultada pelo Valor.

O presidente Michel Temer também passou por lá, embora informações palacianas são de que ele não teria tratado do assunto.

Um interlocutor ressalta que Temer já há alguns dias vem indicando que não tem objeção a que a proposta seja votada no ano que vem, mas que tem garantido que vai fazer de tudo para aprovar o projeto e, no mínimo, manter o assunto vivo de tal forma que não seja possível fugir desse debate.

O governo considera que tem tido sinalizações favoráveis com os fechamentos de questão de diversos partidos, entre eles o PSDB, e acredita que pode avançar nesse tipo de decisão partidária ao longo do recesso e na retomada dos trabalhos. É nesse contexto que também surge a ideia, levantada na entrevista coletiva de Jucá, de uma convocação extraordinária dos parlamentares em janeiro, que poderia ser o caminho para acelerar a votação da matéria.

Em nota, o Ministério do Planejamento também afirmou que "não tem conhecimento de nenhum acordo para o adiantamento da votação da reforma da Previdência". (Colaborou Fábio Pupo)

## Para analista, atraso não deve ter grandes efeitos na economia

Por Ana Conceição | De São Paulo

Um eventual adiamento da votação da reforma da Previdência não deve ter grandes impactos para a atividade econômica, ao menos no curto prazo, segundo alguns analistas consultados pelo Valor. Mas há quem considere que o adiamento não só compromete o cronograma de ajuste fiscal como também afeta a política monetária no curto prazo e o crescimento da economia em 2018.

A expectativa de crescimento econômico e da retomada de investimentos em 2018 não muda, afirma Silvio Campos Neto, economista da Tendências Consultoria. Mas a possibilidade de surpresa positiva na reação da atividade diminui. "Esfria essa perspectiva". Do ponto de vista do mercado, diz, o anúncio sanciona a deterioração que já vinha sendo vista na bolsa de valores e no câmbio, mas o impacto daqui para a frente deve ser modesto. "O mercado já estava se preparando para este eventual fracasso. Há um impacto residual, mas não sabemos quanto."

Para Campos Neto, o dólar deve terminar o ano mais próximo de R\$ 3,30 que de R\$ 3,20, cenário anterior, um nível que deve se estender a 2018. Ele não vê,

contudo, ameaças à inflação, e ainda acredita em um corte de 0,25 ponto na Selic em fevereiro. "É claro que se houver pressão mais forte, com um dólar que vá além de R\$ 3,40, o próprio BC deverá agir", diz.

Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria, diz que o possível adiamento reduz a probabilidade de aprovação da reforma mas não deve ter maiores impactos sobre a atividade. "O que dá força à economia no momento é o consumo, que é pouco afetado pela reforma", diz. A não aprovação, contudo, pode afetar investimentos. Jensen afirma que o adiamento deve ter algum efeito sobre o câmbio e o risco-país, ainda que a maior parte do mercado já não trabalhasse com a possibilidade de votação neste ano. O mercado, diz, não vai abandonar completamente a chance de reforma e isso tende a conter movimentos mais bruscos. Neste sentido, uma eventual desvalorização do câmbio não será suficiente para afetar a inflação.

A 4E não conta com aprovação da reforma nem neste nem no próximo ano, para quando estima crescimento de 1,9%, abaixo da média do mercado, de em torno de 2,5%. "Possibilidade de aprovação em 2018 é muito baixa por causa do período eleitoral e, em 2019, há chance apenas se for eleito um presidente reformista", diz. As

eleições, diz, são o maior risco para a volatilidade dos ativos.

Luiz Fernando Castelli, da GO Associados, também diz que o adiamento deve ter efeito pequeno sobre a atividade. "Mas temos que observar melhor o que vai acontecer com o mercado, para ter uma noção se o impacto vai ser grande ou não". Para ele, o cenário externo, especialmente com o gradualismo da política monetária nos Estados Unidos, continuará favorável para os preços dos ativos brasileiros. A GO não contava com a votação da reforma neste ano em seu cenário básico. Para Castelli, é pouco provável que o texto seja aprovado no ano que vem.

A análise de que o adiamento não repercute na economia, porém, não é unânime. Para um analista que não quis ser identificado, a expansão do PIB para 2018, antes projetada entre 2,5% e 3%, agora torna-se crível somente no intervalo entre 2% e 2,5%, com viés para baixo. A taxa básica de juros no curto prazo deve estacionar em 7% até fim de 2018, quando a expectativa anterior era baixar para 6,75% e até a 6,5%, avalia. Além de estancar o processo de redução de juros, diz o analista, o adiamento torna mais incerta a discussão sobre a taxa real de juros de equilíbrio a partir de 2019. (Colaborou Marta Watanabe)

## Medidas de ajuste fiscal devem ficar para 2018

*Alta da tributação de fundos de investimento exclusivos e reoneração da folha renderiam R\$ 14 bi em receita*

Bárbara Nascimento e Martha Beck

-Brasília- Não é apenas a reforma da Previdência que deve ficar para 2018. As medidas de ajuste fiscal necessárias para o equilíbrio das contas públicas no curto prazo também só devem ser apreciadas pelo Congresso no ano que vem, informou ontem o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

O governo enviou ao Legislativo uma série de propostas cuja aprovação é necessária para viabilizar o fechamento das contas no ano que vem. Uma delas, que adia o reajuste do funcionalismo e aumenta a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, já havia sido deixada para 2018. A equipe econômica, porém, se esforçava para conseguir aprovar ao menos duas ações que não podem esperar: o aumento da tributação de fundos de investimento exclusivos, que podem dar receita extra de R\$ 6 bilhões, e a reoneração da folha de pagamento das empresas, que tem impacto de R\$ 8,3 bilhões para os cofres públicos.

### RISCO DE CORTE NO ORÇAMENTO

Ontem, no entanto, o Palácio do Planalto viu a chance de aprovar esses dois projetos ser reduzida a quase zero. Durante a tarde, ambas as comissões especiais que analisaram os temas foram canceladas por conta da sessão no plenário do Congresso, que limpava a pauta para a votação do Orçamento de 2018. No fim do dia, veio o balde de água fria de Jucá:

— Não vai dar tempo de votar mais nada — disse o líder.

Até agora, foram aprovadas a medida provisória (MP) que prorroga o Repetro, regime especial de tributação para o setor de petróleo, até 2040, e a que autoriza a capitalização da Caixa.

No caso dos fundos, o governo tem pressa porque a lei prevê que um aumento no Imposto de Renda (IR) só pode vigorar num ano se for aprovado no anterior. Ou seja, mesmo com a medida provisória (MP) perdendo vigência apenas em maio, se o Congresso não tratar do assunto na próxima semana, a perda é certa. Segundo integrantes da equipe econômica, não há plano B para isso. Caso a medida caia, será preciso cortar o Orçamento na

mesma proporção e deixar a máquina pública mais perto de uma paralisação.

Ontem, a primeira audiência pública sobre a tributação dos fundos foi cancelada, em razão da sessão do Congresso Nacional que votava o Orçamento de 2018. O presidente da comissão especial que trata do tema, senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), descartou nova reunião hoje, pois tem um compromisso pessoal, e alfinetou o governo: — Se é tão importante, porque só entregaram (ao Congresso) no fim do ano?

O relator da MP dos fundos, deputado Wellington Roberto (PR-PB), também afirmou ontem que "não vai ser fácil" aprovar a medida ainda esse ano e que, com o cancelamento da sessão, "a alça apertou": — Tem muita concorrência no Congresso: Orçamento, Previdência. Mesmo com todo o otimismo, o tempo é muito curto para conseguir aprovar a tempo de ter efeito no ano que vem.

Ele sinalizou ainda que o Congresso quer mudanças no texto enviado pelo governo. A MP muda a forma de tributação, que hoje ocorre apenas no resgate do fundo, para uma taxa periódica. A principal reclamação é em relação a





tributação retroativa de investimentos que está em vigência. Para Roberto, eles poderiam ser submetidos a uma alíquota menor.

#### BENEFÍCIO FISCAL A 16 SETORES

Já o relator da proposta que reonera a folha de pagamentos, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), pretende apresentar um relatório mais enxuto que o enviado pelo governo. Ele diminuiu de 56 para 40 o número de setores que teriam a desoneração revertida. Um total de 16 segmentos continuariam com o benefício fiscal, ante seis no texto original do Executivo, o que reduz a economia esperada pelo governo com a medida.

No caso da reoneração, a pressa do governo é porque essa medida tem de obedecer uma no-ventena ao entrar em vigor. Ou seja, se deixada para o ano que vem, poderia comprometer a arrecadação do primeiro semestre. Nas últimas semanas, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que, para o governo equilibrar as contas no ano que vem, seria essencial a votação das duas medidas em 2017.

## Reação em vez da prevenção

### Diagnóstico

Governo federal falha na tarefa de planejar ações para conter epidemia de homicídios

Miguel Caballero

Faltam recursos financeiros e humanos, faltam dados organizados e, para além da ausência de uma política nacional de Segurança robusta, as ações do governo federal nos últimos anos para reduzir os crimes contra a vida são contestadas. Se a dimensão da epidemia de homicídios, como tem mostrado na série "A Guerra do Brasil", é alarmante, a atuação do governo federal no tema oscila entre a omissão e o erro, segundo a avaliação de estudiosos em Segurança. O diagnóstico tem o suporte de dados do próprio governo.

Nas últimas semanas, o GLOBO procurou especialistas, com e sem passagem por governos, e também ouviu o Ministério da Justiça sobre críticas e propostas de solução para o problema. Um ponto se destaca na avaliação sobre como o governo federal não tem feito sua parte na Segurança, e no que isso colabora para a tragédia brasileira: a incapacidade de planejar uma estratégia nacional de Segurança, enquanto atua, muitas vezes provocado por pedidos de estados, no combate à violência "na ponta",

ou seja, nas ruas, opção expressa no envio sistemático de tropas da Força Nacional de Segurança (fNs).

É uma análise corroborada por números disponíveis no Portal da Transparência. O Ministério da Justiça dispõe do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), cuja verba tem dois destinos: financiar a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão responsável por planejar uma política nacional, formular soluções, pensar a violência no país; e os gastos para mandar a Força Nacional às ruas. Os números de 2011 a 2015 deixam clara a escolha feita: no período, foram R\$ 478,6 milhões destinados para ações da Força Nacional (90,6% do total do fundo), e apenas R\$ 49,9 milhões, dez vezes menos, para o órgão que formula estratégias para o setor.

— Isso ajuda a explicar por que o Brasil fracassa na Segurança. É a contramão da História. O exemplo de países bem-sucedidos na área mostra que o papel do governo central tem de ser de indutor, financiador e produtor de tecnologia para os entes locais. Não é difícil entender por que o governo federal prefere agir na ponta: mandar a Força Nacional é uma ação midiática, dá uma satisfação à população de que se está fazendo alguma coisa. É uma política policial reativa, sem prevenção ou estratégia, que não está dando certo — opina

Daniel Cerqueira, técnico em planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, que em novembro lançou uma coleção de 11 artigos de especialistas em Segurança analisando o papel do governo federal.

Uma outra forma de atuação operacional do governo federal na Segurança são as ações das Forças Armadas. As operações de "Garantia de Lei e da Ordem" quando as Forças ganham poder de polícia para atuar nas ruas, foram autorizadas pelo presidente da República 27 vezes entre 2011 e 2017, consumindo um total de R\$ 1,4 bilhão, incluídas aí situações excepcionais como vinda do presidente dos Estados Unidos, à Rio+20, Copa e Olimpíada.

A concentração de recursos do Fundo para a Força Nacional é marca dos governados petis-tas, e escolha mantida na gestão Temer. O Plano Nacional de Segurança Pública lançado pelo atual governo, em janeiro, tem como um de seus pilares o aprofundamento da política de parceria com os estados pelo envio das tropas federais.

O governo justifica a opção por uma linha de atuação contestada por alguns especialistas, e admite que a crise econômica impediu que outros pontos prometidos, como a produção de dados nacionais







unificados, tenham saído do papel.

— O eixo principal do Plano é trabalhar em integração com os estados, isso tem dado resultado. Não adianta você querer uma fórmula nacional, se cada estado tem uma realidade diferente. O problema de Sergipe é diferente do de Santa Catarina. E quem conhece a aldeia é o aldeão. O papel do governo federal é atuar de forma integrada, colaborativa com quem faz a Segurança Pública nos locais. Nosso papel é de apoio — argumenta o almirante Alexandre Mota, secretário-adjunto da Senasp. — Isso não significa abrir mão da inteligência, pelo contrário. Criamos na Senasp uma diretoria de Inteligência e uma de Políticas Públicas. As dificuldades orçamentárias não são poucas.

A falta de dinheiro se reflete também na escassez de recursos humanos. Recém-criada na Senasp, a diretoria de Inteligência conta apenas com sete servidores. A de Políticas Públicas para Segurança, com apenas dez. O ministério solicitou a abertura de concurso para recrutamento de novos servidores para fortalecer a Senasp, mas o freio

foi puxado pelo governo.

"ELA DISSE QUE ERA ASSUNTO DOS ESTADOS"

A falta de empenho federal para conter os homicídios não vem de hoje. Alberto Kopittke trabalhou no Ministério da Justiça nos governos Lula e Dilma, e atualmente dirige o Instituto Cidade Segura. Ele lembra de um episódio no primeiro semestre de 2011, quando era diretor da Senasp e, junto do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, esteve no gabinete da presidente Dilma Rousseff para apresentar um plano de redução de homicídios no país.

— Entregamos à presidente um documento, para o qual foram ouvidos mais de 30 especialistas, daqui e de fora, e que tinha a meta de, ao custo de R\$ 450 milhões, reduzir em 25% a taxa de homicídios até a Copa (de 2014). Ela folheou por alto e disse que homicídios era assunto dos estados — recorda. Procurada, a assessoria da ex-presidente disse que ela não comentaria a declaração.

Kopittke enumera propostas que

gostaria de ver implementadas no Brasil: a criação de uma escola de gestão em Segurança Pública, para formar gente da área; um órgão nacional de produção de dados de violência; criação de um controle externo das polícias, entre outros.

— Os Estados Unidos têm mais de dez órgãos nacionais apenas de formulação de políticas de Segurança. Aqui, a estrutura da Senasp é mínima. Não se pensa Segurança de forma estratégica. Somos tragados pela tragédia do dia anterior — completa Kopittke.

Ex-secretário de Segurança do Distrito Federal (DF), Arthur Trindade lembra que a falta de investimento e o desprezo pelo pensamento estratégico é uma lógica que se repete na outra ponta, a dos governos estaduais.

— As polícias civis estão sucateadas. Governos, em geral, dão preferência a investir na PM, que é a parte mais visível para a sociedade. A consequência é que a parte de investigação, fundamental para a diminuição dos crimes, é prejudicada — explica Trindade.

## Câmara aprova projeto que reduz imposto de petroleiras

DE BRASÍLIA

Em clima de fim de ano, o Congresso concluiu nesta quarta-feira (13) a deliberação sobre projetos relevantes para a economia, entre eles o que prevê a redução de impostos para petroleiras. O Orçamento também foi aprovado no fim da noite desta quarta.

A medida provisória virou alvo de polêmica recente nas redes sociais, em que foi apelidada de medida provisória do R\$ 1 trilhão. Cálculos do Ministério da Fazenda, no entanto, não bem mais modestos: a isenção fiscal no período 2018 a 2020, somada, da-

ria R\$ 20 bilhões.

O texto, que agora segue para sanção do presidente Michel Temer, prevê isenção fiscal para a importação de máquinas e equipamentos de petrolíferas.

A proposta foi colocada em votação de novo por causa de uma emenda feita no Senado que limitava até 2022 os benefícios. A Câmara dos Deputados, no entanto, decidiu rejeitar a mudança e manteve a extensão até 2040.

A MP possibilita que, a partir de 2018, empresas petrolíferas deduzam os valores aplicados em atividades de exploração e produção na

apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A medida reduz os valores que as empresas de petróleo e gás pagarão de CSLL e de IRPJ (Imposto de Renda da pessoa jurídica).

Fruto de negociação para a aprovação do Repetro, o projeto que propõe o aumento da exigência de conteúdo local de 10% para 40% nas plataformas e navios da indústria de petróleo e gás.

A negociação foi articulada com apoio de empresários do setor de máquinas e equipamentos, insatisfeitos com a redução do conteúdo





local e que trabalhavam contra o Repetro no Congresso.

### **ORÇAMENTO**

O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (13) o Orçamento de 2018 em votação simbólica.

Com isso, as atividades parlamentares esfriam, embora o recesso legislativo comece oficialmente apenas no próximo sábado (23) —os trabalhos na Câmara dos Deputados e no Senado só retornam em fevereiro.

O Congresso ampliou em R\$ 5,6 bilhões as receitas previstas para 2018, em relação ao projeto enviado pelo go-

verno Temer.

A ampliação se deve à estimativa (mais positiva) para o crescimento da economia, e conseqüentemente à arrecadação de impostos.

Na proposta do governo enviada ao Congresso Nacional, o crescimento previsto para a economia em 2018 era de 2%. No Orçamento, a projeção é de 2,5%.

Com o Orçamento de 2018 sob a regra do teto de gastos, as despesas sujeitas ao limite não puderam ser reajustadas. O teto restringe a expansão dos gastos de 2018 em 3% —este foi o primeiro Orçamento feito sob o novo regra-

mento fiscal aprovado em 2016.

A previsão de deficit fiscal foi reduzida de R\$ 159 bilhões para R\$ 157 bilhões.

Para manter as despesas dentro do teto de gastos, o Executivo terá sua verba reduzida para acomodar o estouro dos demais Poderes — terá que gastar R\$ 2,1 bilhões a menos do que poderia.

A lei que criou o teto permite a compensação nos três primeiros anos de vigência da norma, depois disso, todos os Poderes deverão ter os gastos dentro do teto.

## Novos desafios

LAURA CARVALHO

Os dados apresentados no mais recente Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI (Instituição Fiscal Independente) mostraram que os investimentos públicos com a aquisição de ativos fixos (obras e instalações públicas e aquisições de máquinas e equipamentos) já caíram ao patamar de 2004, em termos reais.

Os números revelam ainda que esses investimentos chegaram a representar 4,6% do PIB em seu auge, no ano de 2010. O patamar atual —de cerca de 2% do PIB— já é inferior ao de 1999, de 2,4%.

Embora a maior parte dessa redução seja explicada pela forte queda nos investimentos das estatais federais, os investimentos do governo central reduziram sua participação no PIB pela metade, de 0,8% em 2010 para 0,4% em 2017. No período de expansão que durou entre 2004 e 2010, esse percentual havia subido de 0,2% para 0,8%.

É verdade que o ajuste fiscal explica a maior parte dessa queda. Somente no ano de 2015, os investimentos do governo central passaram de 0,7% para 0,5% do PIB. Mas, entre 2010 e 2014, esses investimentos já haviam caído um ponto percentual em relação ao PIB.

Os números reforçam a visão de que, no período que coincide com o primeiro governo Dilma, os investimentos públicos perderam espaço enquanto motor de crescimento econômico. Em seu lugar, ficaram as políticas de desonerações tributárias como forma de estímulo aos investimentos privados.

Olhando em retrospecto, fica claro que os investimentos públicos menores não foram substituídos por investimentos privados maiores, mesmo em um ambiente macroeconômico marcado, em um primeiro momento, pela redução dos juros e pela desvalorização do real —elementos que também

contribuíram para aumentar a lucratividade das empresas.

O debate econômico vem apontando causas diversas para esse fracasso, mas uma pergunta anterior a essa decorre da constatação de que, ao redor do mundo, as desonerações tributárias para grandes empresas estão associadas a plataformas econômicas conservadoras (vide governo Reagan e propostas de Trump nos EUA) e, ao contrário, os investimentos públicos em infraestrutura física e social feitos diretamente pelo Estado compõem programas econômicos considerados progressistas.

Embora o fim da expansão dos investimentos não necessariamente tenha sido uma decisão deliberada do governo e possa ter vindo, em boa parte, como consequência do menor espaço no Orçamento e de outras dificuldades em sua execução, ainda falta entender as razões para que um governo associado à esquerda tenha apostado suas fichas





em uma política tão ampla de incentivos a grandes corporações.

Além das pressões de representantes dos setores econômicos beneficiados no governo e no Congresso, uma possível explicação pode estar na diminuição da margem de manobra para outras formas de estímulo a setores industriais na era da globalização.

No desenvolvimentismo do pós-guerra, o incentivo ao desenvolvimento de setores estratégicos da indústria chegava por meio de tarifas de importação, taxas de câmbio diferenciadas e outros mecanismos hoje interditados pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

Sobrou a via da diminuição de impostos e do câmbio desvalorizado como forma de compatibilizar a tradição industrialista da presidente Dilma Rousseff com os interesses imediatos de um empresariado politicamente influente.

Os custos altos dessas políticas do ponto de vista fiscal e distributivo trazem à tona a necessidade de repensar o modelo industrialista e nacional-desenvolvimentista que domina uma parte importante do pensamento econômico brasileiro.

Diante das restrições impostas pela globalização, há alternativas mais justas, mais sustentáveis e mais eficazes de estímulo ao crescimento e ao progresso tecnológico.

## Orçamento é aprovado com buraco de R\$ 21 bi

Proposta que foi aprovada pelo Congresso ontem à noite inclui receitas que ainda não estão garantidas para o ano que vem

Idiana Tomazelli, Renan Truffi e Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Depois de deixar os órgãos do governo à beira de um colapso por falta de dinheiro ao longo deste ano, a área econômica pode se vir obrigada a começar o ano de 2018 cortando despesas do Orçamento. A proposta aprovada pelo plenário inclui receitas que ainda não foram aprovadas pelos parlamentares e podem deixar um buraco de R\$ 21,4 bilhões nas contas do ano que vem. A Orçamento vai agora para sanção presidencial.

A principal iniciativa é a mudança na tributação de fundos exclusivos de investimento, que renderia cerca de R\$ 6 bilhões líquidos aos cofres da União. Embora tenha sido encaminhada como Medida Provisória (MP), que tem vigência imediata, ela precisa ser aprovada e sancionada pelo presidente Michel Temer ainda em 2017 para ter efeito no ano que vem. Mas o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), admitiu que o texto não será mais votado este ano.

"Se começa com furo, tem que

começar o ano economizando", reconheceu mais cedo o relator-geral do Orçamento de 2018, deputado Cacá Leão (PPBA). O relator tentou se eximir da responsabilidade de aprovar uma proposta "realista" e disse que é do governo a responsabilidade de agir em caso de frustração de alguma das medidas. Além do bloqueio de gastos, outra opção seria o envio de outras medidas ao Congresso, mas ele não mencionou quais. "Isso é um problema que foge da minha alçada", disse.

Para atender aos inúmeros pedidos dos parlamentares, o relator do Orçamento fez cortes em uma série de despesas propostas pelo Poder Executivo, incluindo programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida. Esses recursos, que totalizaram cerca de R\$ 5,3 bilhões, foram remanejados para atender às demandas das bancadas, que queriam contemplar suas bases eleitorais, sobretudo em ano de campanha.

Só no MCMV, o corte foi de cerca de R\$ 1 bilhão. O corte foi considerado necessário pelos parlamentares porque o projeto chegou ao Legislativo com uma folga de apenas R\$ 170 milhões para o teto de gastos do ano que vem, deixando pouca margem de manobra.

Para impedir que o governo reverta totalmente essa distribuição de recursos, que acolheu emendas que o governo não tem obrigação de pagar (chamadas de não impositivas), o texto incluiu um dispositivo que limita os cancelamentos. Pelo texto, o governo tem autorização para fazer o corte de até 40% sem consultar o Congresso Nacional. Para corte acima disso nas emendas não impositivas, será preciso ter o aval dos parlamentares.

Como o dispositivo foi colocado no meio de um dos incisos, o único veto possível eliminaria todo o texto em questão, o que deixaria o governo sem margem de manobra para remanejar esses recursos. Na avaliação do técnico, é "melhor" para o governo poder cortar 40% das emendas não impositivas do que não cortar nada.

Fundo eleitoral. Apesar da pressão de deputados e senadores para elevar o valor dos recursos destinados a bancar as campanhas eleitorais no ano que vem, Leão manteve a cifra conforme previsto em lei, o equivalente a R\$ 1,716 bilhão. Não houve mudança no plenário. O montante representa 30% das emendas impositivas de bancada mais o valor da renúncia





fiscal economizada com o fim da propaganda partidária nas emissoras de rádio e TV veiculada em períodos não eleitorais.

O governo deve enfrentar dificuldades para equilibrar o Orçamento de 2018 aprovado ontem. Por ser uma mudança no Imposto de Renda (IR), a MP dos fundos de investimentos tem de ser aprovada este ano para respeitar o princípio de anualidade em alterações neste tributo. O texto tem validade até o início de abril de 2018, mas se for aprovado no ano que vem só produzirá efeito sobre as receitas de 2019.

O governo também enfrenta problemas para aprovar o projeto de lei da reoneração da folha de pagamentos das empresas, cujo impacto estimado é de R\$ 8,8 bilhões no ano que vem, e precisará trabalhar em 2018 para aprovar a MP que adia o reajuste salarial dos servidores e eleva a contribuição previdenciária do funcionalismo. / COLABOROU  
EDUARDO RODRIGUES

## Análise : Um rolo compressor está passando sobre as contas públicas

Adriana Fernandes

Se não bastasse a frustração com o adiamento da reforma da Previdência, que foi para a geladeira, o ajuste fiscal deu muitos passos para trás nos últimos dias. Os parlamentares aproveitaram a reta final de votações antes do recesso de fim de ano para passar o "rolo compressor" com a aprovação de propostas que apontam para mais dificuldades à frente no campo das contas públicas.

Para piorar: simplesmente nenhuma das medidas do pacote fiscal, que a equipe econômica anunciou em agosto, foi aprovada. Sem votar essas medidas, todas elas impopulares, o cenário para o início do ano ficará de certo muito mais conturbado e ainda misturado com a tentativa do governo de buscar ainda a votação da reforma da Previdência.

O Orçamento de 2018 já começa sem todas as peças. Um delas sem nenhuma possibilidade de reversão: a tributação dos fundos de investimento exclusivos, cuja expectativa era de uma arrecadação de R\$ 6 bilhões. Como são fundos para investidores de altíssima renda, o governo apostava que não encontraria resistências no

Congresso. Não foi o que aconteceu.

A tributação era a única medida do ajuste fiscal que precisava ser votada este ano para entrar em vigor em 2018. As demais, que afetam em cheio o funcionalismo público, serão ainda mais difíceis de serem aprovadas. Na equipe técnica do governo, o que mais se ouve é que o Orçamento de 2018 não será fácil de ser cumprido. É sabido que em ano eleitoral as pressões aumentam. O aperitivo já foi observado.

Mas o maior revés deste ano foi a decisão do governo do Rio Grande do Norte de pedir, e conseguir, autorização do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o governo federal concedesse crédito extraordinário de R\$ 750 milhões ao Estado. A administração estadual alegou que estava em grave crise financeira, com três meses de atraso na folha de pagamento. Com esse decisão, o governo passou por cima do programa de recuperação fiscal para os Estados que foi negociado com muita dificuldade e abriu um precedente sem tamanho para novos pedidos. Todos os governadores vão bater à porta da equipe econômica. A porteira está aberta.



## União não tem como cobrir déficit de infraestrutura

Ministro do Planejamento afirmou em evento realizado pelo "Estadão" que estratégia do governo é estimular o investimento privado para estimular setor

Caio Rinaldi, Thaís Barcellos e Leticia Fucuchima

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que os recursos da União não são suficientes para resolver todo o déficit que o País tem na área de infraestrutura. Oliveira participou do Fórum Estadão Infraestrutura: Investimentos e Geração de empregos, realizado ontem em São Paulo.

Segundo Oliveira, a estratégia do governo é estimular o investimento privado. O ministro citou o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), que, segundo ele, já trouxe R\$ 30 bilhões em outorgas. As concessões feitas até agora representam R\$ 69 bilhões de investimento em infraestrutura ou mais de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), disse o ministro, acrescentando que os 89 projetos em carteira representam R\$ 103 bilhões em investimento.

O presidente da Inter.B Consultoria, Claudio Frischtak, também presente no evento, concorda com o ministro. Segundo Frischtak, para modernizar a infraestrutura brasileira, é preciso que 4,15% do Produto Interno Bruto (PIB) seja investido na área por 20 anos. Hoje, segundo ele, os recursos investidos representam apenas 1,4% do PIB.

Para Frischtak, com o Estado brasileiro quebrado, numa situação fiscal dramática, o investimento tem de vir do setor privado. "Este ano, chegamos ao fundo do poço em termos de investimento em infraestrutura e, possivelmente, também em construção civil." Por sua vez, o presidente executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, afirmou que o aumento da participação do setor privado nos investimentos, até mesmo por sua natureza, não será suficiente para solucionar os problemas da infraestrutura brasileira. Ele explicou que as empresas seguem a lógica do retorno e não farão aportes em projetos onde não se tenha perspectiva de lucro.

Dados apresentados por Tadini apontam que o investimento em infraestrutura tem de crescer 3% em 2018 apenas para a depreciação de máquinas e equipamentos, mas precisa chegar a 4% para recompor o hiato hoje existente no setor.

Na análise do coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), Armando Castelar, muito mais sério do que investir pouco, o Brasil investe muito mal. "Muito do dinheiro investido em infraestrutura está parado, gerando nada. Os recursos são mal investidos porque escolhemos mal os projetos, não temos planos de investimento em infraestrutura."

Durante o evento, Castelar ainda levantou a questão da falta de sinergia nos projetos de infraestrutura. "Não se estuda como um projeto interage com outros projetos. É tudo feito nas emergências. Há muita interferência política, se escolhem projetos que geram resultados eleitorais e não os projetos mais importantes."

## Congresso aprova Orçamento



Decisão do plenário deve esvaziar Legislativo na próxima semana

» ROSANA HESSEL

O Congresso Nacional aprovou ontem, no fim da noite, a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018. Com isso, a tendência é de que o Legislativo fique esvaziado na próxima semana. A aprovação ocorreu por votação simbólica — mediante declaração dos líderes dos partidos —, o que garantiu rapidez na avaliação do projeto. Iniciada pouco antes das 22 horas, a sessão foi concluída às 23h20, revelando a pressa dos parlamentares em garantir os recursos para as emendas obrigatórias no início do ano que vem. O texto, que irá à sanção presidencial em três dias, prevê que o salário mínimo será de R\$ 965 a partir de janeiro.

O presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-

CE), marcou a votação da LOA para ontem em meio ao atropelo de integrantes da base aliada diante do anúncio do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), de que a votação da reforma previdenciária só deverá ocorrer em 2018. No dia anterior, entretanto, Eunício tinha sinalizado que poderia colocar a LOA em votação na semana que vem, a fim de garantir quórum para a apreciação da reforma.

Após a decisão do presidente do Congresso, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) acelerou os trabalhos. A leitura do texto do relator, deputado Cacá Leão (PP-BA), foi feita durante sessão extraordinária da comissão, pela manhã, e aprovada à tarde, também em votação simbólica, deixando a matéria pronta para a apreciação do plenário do Congresso, à noite.

“A reunião foi muito rápida, porque houve acordo entre os líderes para avançarmos o processo, que andou com toda a naturalidade. A maior vitória desse processo foi o entendimento de todos de que era um Orçamento de um ano que a gente terá poucos recursos”, justificou Cacá Leão. O relator rejeitou todos os 131 destaques propostos ao seu relatório na CMO, porque muitas despesas foram limitadas pelo teto constitucional de gastos.

A velocidade na votação da CMO surpreendeu até mesmo antigos integrantes do colegiado, que não têm dúvidas de que na próxima semana o Congresso viverá uma espécie de recesso branco. “Quando o governo quer votar algum tema no apagar das luzes do ano legislativo, deixa a LOA por último, porque, assim, obriga todos os parlamentares a comparecerem à sessão. A aprovação da lei orçamentária significa que o ano legislativo acabou”, explicou o deputado federal Alfredo Kaefer (PSL-PR).

### Deficit menor

A CMO elevou a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, de 2%, como sugerido pelo Executivo, para 2,5%. Com isso, a projeção de receita tributária foi ampliada em R\$ 4,9 bilhões. De acordo com Cacá Leão, R\$ 1,7 bilhão desse montante extra foi reservado para abater da meta fiscal de 2018, que passou de um rombo de até R\$ 159 bilhões para R\$ 157,3 bilhões.